

A volta discreta do direito de cassar

Noenio Spinola



Do secretário do Tesouro, André Calabi, foi dito que ele rasparia a barba se o governo realmente desse um calote na dívida interna. As gargalhadas, o mercado financeiro começou a se perguntar quanto, realmente, valerá a barba do senhor Calabi depois que os governadores do PMDB se reunirem no final deste mês, propõendo uma revisão dos critérios e valores sobre os quais se fundamentam os 14 bilhões de dólares — ou algo assim — da dívida interna dos Estados. Ou quando, segundo os rumores, o presidente Ulysses Guimarães digerir sugestões escritas sobre o mesmo assunto que lhe teriam sido entregues pelo deputado José Serra.

O jornal *O Globo*, que registrou a aposta da barba, com primorosa sutileza editorial, estampou bem debaixo das declarações do secretário uma diatribe do senador Severo Gomes sobre as dívidas interna e externa, dessas que levariam qualquer responsável pelas chaves do cofre direto para o primeiro barbeiro na esquina. A tese política é, mesmo, a de rever a dívida, o que pode levar inevitavelmente ao calote que já recebeu até um nome-código: Plano Angola. Seria o senhor Calabi um inocente, um ceticíncio ou alguém que apenas faz o jogo de abrir as torneiras do cofre de acordo com as conveniências políticas? (O senhor Calabi não é oriundo das hostes do governador Newton Cardoso, mas do ex-governador Franco Montoro e ex-Divesp, a distribuidora do Estado de São Paulo, onde até hoje está pendente o escândalo da corretora Banespa, suas ligações para branqueamento de dinheiro com o submundo do crime na Baixada Fluminense etc.)

Quer se queira, quer não, esse assunto vai continuar rolando num cenário muito claro. Os interessados podem escolher suas armas, desde já. No fundo, todo o discurso em torno da dívida externa não passa de uma ampla cortina de fumaça que o PMDB elegeu para agitar as veias nacionalistas mais ingênuas do país, retirando a atenção de problemas domésticos gigantescos, que começam com a dívida interna. Na verdade, a dívida interna é muito mais importante que a externa.

As atenções começaram a ser desviadas a partir do momento em que a retórica política vinculou uma coisa à outra, passando a atribuir todos os problemas brasileiros aos "gringos". Foi criada uma tal confusão ideológica ao ponto de se obrigar a Petrobrás a cortar criminosamente os investimentos, sem que os nacionalistas movessem uma palha: Petrobrás é área do PFL, e, se a lógica política for jogar pelo pior, a empresa — tal como as outras estatais produtivas que tiveram seus orçamentos desarticulados pela quebra de tarifas — pode ser assada no suco da sua própria carne.

Quando um exóbet partiu do presidente da Bolsa de São Paulo em cima da tese do calote na dívida, que terminará por expor à luz do dia todas as sandices nacionais — até mesmo a sabotagem que o PMDB faz aos planos de contenção do déficit do ministro Bresser Pereira — as retaliações foram imediatas. Os fígados políticos registraram. É a primeira vez que uma instituição desse porte abre publicamente a questão em torno da avassaladora presença do Estado sobre a poupança. Recorrendo aos livros antigos que condenaram em praça pública, os economistas do PMDB começaram a... ameaçar com cassações. Dos negócios, por enquanto.

Quem ficou do lado da democracia e de um jogo limpo no mundo dos negócios? Entre os políticos, o ministro das

Minas e Energia, Aureliano Chaves, foi dos primeiros. Ele pegou o telefone e convidou o presidente da Bovespa para uma visita ao hotel onde se encontra hospedado em São Paulo. Um pequeno gesto simbólico indicativo, talvez, de que há mais horizonte democrático entre homens que participaram da Velha República que entre os novos senhores de um estado inchado e enfermo.

No meio da confusão em que mergulhou o mercado de capitais brasileiro, o primarismo predomina. Mas a escolha é hoje muito simples: aplicar em ações, ou investir de qualquer maneira financiando atividades produtivas, ou aplicar indiscriminadamente em títulos públicos isentos de impostos, financiando atividades improdutivas. Toda a máquina fisiológica do governo, aquela que resiste a rever o Estado e suas relações com a sociedade, insiste em vender papéis do Tesouro. É mais simples tomar emprestado (e depois dar um calote) do que aumentar o Imposto de Renda, ou rever as bases tributárias do país. Para manter esse esquema, o governo precisa de sócios. O clima de cassações para quem se atrever a advertir os consumidores para a bola de neve da dívida e a possibilidade de um calote leva o país ao pior de todos os seus momentos históricos. Por onde é mesmo que começam as ditaduras? Não será pela base econômica da sociedade?

A alternativa para este país seria fugir do título público, passando a investir em atividades produtivas. Em sã consciência, o que será melhor? Financiar um Estado deficitário ou financiar diretamente fundos de investimento onde estejam as estatais produtivas e as grandes empresas privadas? A opção de pessoas como o barbudo secretário do Tesouro é pela raspagem do fundo do tacho da poupança para cobrir o déficit. Para garantir a suposta honorabilidade do sistema, ele empenha até a barba. Mas quanto vale mesmo a barba do senhor Calabi? Não valerá muito, a julgar até mesmo pelos diagnósticos sobre a enfermidade do Estado brasileiro partidos de economistas do PMDB que chegaram à celebridade recentemente, como Luís Gonzaga Belluzzo e João Manoel Cardoso de Mello (o Estado é um monstro).

Temerária ou não, a atitude do presidente da Bolsa de Valores de São Paulo atingiu o fígado do problema, a portas escancaradas, e com uma coragem que é uma raridade no rarefeito país do jeitinho. Semelhante à atitude por ele tomada foi uma conferência feita há cerca de dois anos pelo ex-presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, Énio Rodrigues, perante a assembléia da Confederação de Bolsas de Valores reunida em Valencia, na Espanha. Énio Rodrigues chamou a atenção para o espaço cada vez maior que o endividamento público tomava nos mercados de capitais da América Latina, um continente doente pela invasão dos déficits públicos.

Tal como Énio Rodrigues, ontem, o presidente da Associação Nacional das Corretoras, Fernando Carramachi, que se solidarizou com o presidente da Bovespa, meteu o dedo na ferida: "Os títulos públicos ocupam hoje mais de dois terços do espaço da poupança". O silêncio de muitos empresários financeiros só se explica pelo tipo de chantagem que o Estado cartorial montou: "Ou você vende a minha mercadoria e engana os trouxas quanto à rentabilidade real que estou disposto a oferecer, ou então não tem negócio comigo".

O deplorável na história econômica contemporânea do Brasil é a confusão que gera um solitário ministro da Fazenda tentando conter o déficit e listando como irresponsáveis os que ferem a médula do seu sistema de realimentação. Ou o desespero do presidente para governar, enquanto lhe tiram o tapete nas medidas impopulares. Alguém, nesse cenário, precisa furar os tumores. E alguém terá que colocar as barbas de molho.